



A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA COMPOSIÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO BAIRRO MANOEL DEODATO NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS – RN

Florencio de Queiroz Filho

Mestrando em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pela UERN
florenciofilho12@hotmail.com

Jairo Bezerra Silva

Doutor em sociologia pela UFPB. Professor adjunto-b da UEPB. Professor permanente do programa de pós-graduação stricto sensu – PLANDITES - UERN
jairobezerra@hotmail.com

GT 04: DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO

Resumo:

O Brasil se caracteriza como uma nação que enfrenta sérias dificuldades com relação a desigualdade social existente na sua população, na qual suas riquezas são divididas de forma desigual, em que grande parcela da população sofre por falta desses recursos. As políticas públicas voltadas para reduzir essas disparidades, onde podemos destacar os chamados Programas de Transferência de Renda Mínima possibilitam melhorias de vida para aquela parcela da sociedade que vive em condições mais difíceis. Este trabalho objetiva identificar os impactos do Programa Bolsa Família sobre a renda das famílias beneficiadas, apresentando uma análise dos reflexos socioeconômicos deste programa no bairro Manoel Deodato, no Município de Pau dos Ferros – RN e compreendendo a relevância do programa nas condições de vida dos beneficiados naquela localidade no ano de 2017, para alcançar os objetivos predefinidos, utilizamos uma pesquisa Descritiva Exploratória, procurando descrever as condições sociais brasileiras, e de modo particular, das famílias beneficiadas no referido bairro, com o auxílio de dois tipos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, utilizando trabalhos bem conceituados, produzidos sobre a temática, e também, a utilização de dados primários obtidos na pesquisa de campo realizada na comunidade estudada. O efeito positivo sobre a renda das famílias pôde-se constatar com os resultados alcançados na pesquisa, mostrando assim, a importância do Programa Bolsa Família para proporcionar uma melhor condição socioeconômica aos beneficiários.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Bolsa Família; Pobreza; Renda.

01. Introdução

Desde o período da colonização, o Brasil enfrenta problemas relacionados à pobreza e à desigualdade social. A partir do século XX, passou-se a incluir na agenda pública do país,

políticas sociais que visam à redistribuição da renda, voltadas para aqueles que não conseguem sequer o essencial para sobreviver.

Mesmo o Brasil sendo um país que contém uma riqueza natural abrangente, esta riqueza é distribuída de forma desigual, num contexto em que uma pequena parte da população retém a maior parte da riqueza econômica, enquanto a grande maioria da população, só possui uma parte quase insignificante da riqueza produzida no país.

As famílias de baixa renda que vivem em situação de pobreza, não conseguem usufruir dos seus direitos essenciais, direitos esses que são garantidos a todos os brasileiros, passando por dificuldades e gerando, muitas das vezes, um ciclo vicioso de pobreza e miséria em tais famílias, situação em que se observa a importância de políticas públicas voltadas para esta parcela da sociedade. Essas políticas públicas com o passar do tempo e com o agravamento das desigualdades sociais acabam se tornando prioridades nas agendas públicas, por se tratar de uma situação que gera pressão sobre a administração pública.

O poder público tem por obrigação proporcionar o acesso dos bens e serviços essenciais para sobrevivência - alimentação, educação, saúde e assistência social - para aquela parte da população que está na pobreza, assim, os programas de redistribuição de renda têm função fundamental neste processo e são indispensáveis. A política vem como uma forma de governar sociedades distintas, e tentar solucionar as divergências. (DIAS, 2012)

No Brasil, a criação da previdência rural, no ano de 1971, é considerado o passo inicial para um padrão inclusivo e uma decorrente quebra da relação entre benefício e contribuição. No entanto, a implementação de novos e importantes aspectos a partir da Constituição de 1988 impulsionam um novo modelo brasileiro de proteção social/assistência social que começa a consolidar-se garantindo, mesmo que ainda com algumas lacunas, que tivesse início a criação de um sistema redistributivo na economia brasileira baseado na transferência e solidariedade. (SOARES, 2009)

Com o objetivo de combater a fome e pobreza daqueles mais necessitados, o governo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a medida provisória 132 de 2003, convertida posteriormente na Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004 que rege o PBF. Os principais objetivos do referido programa são assim resumidamente apresentados: a) atender as necessidades imediatas das pessoas que se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade social; b) incentivar o capital humano, mediante a oferta de condições para as gerações futuras quebrarem a transmissão intergeracional da pobreza e c) estimular o

desenvolvimento das famílias ao aproxima-los dos serviços complementares de saúde e educação. (SCHMIDT, 2017)

Em síntese, este trabalho procura identificar os impactos do Programa Bolsa Família sobre a renda das famílias beneficiárias no bairro Manoel Deodato, no Município de Pau dos Ferros – RN, no ano de 2017, entre os meses de janeiro e fevereiro e, também, a maneira como as representações simbólicas são encaminhadas entre o grupo de beneficiários socialmente estigmatizados.

Para alcançar os nossos objetivos definidos, utilizaremos uma pesquisa Descritiva Exploratória, procurando descrever e analisar as condições sociais brasileiras, e de modo particular, das famílias beneficiadas no referido bairro, e a partir daí, verificar suas possíveis relações com a melhoria de vida das famílias, principalmente em função da redução das desigualdades verificadas nos últimos anos. Nos nortearmos por dois tipos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, utilizando trabalhos bem conceituados, produzidos sobre a temática, e também, a utilização de dados primários obtidos em uma pesquisa de campo realizada com a finalidade de perceber o conjunto de modificações surgidas a partir da dinamização do PBF.

O trabalho se organiza da seguinte forma: na primeira parte, na qual introduzimos algumas características da sociedade brasileira, no que pese a sua histórica desigualdade social. Na segunda parte procuramos destacar as principais características históricas da distribuição da riqueza brasileira, evidenciando a forma injusta como a mesma ocorre e seus principais efeitos sobre a sociedade e nos voltamos para o Programa Bolsa Famílias apresentando informações sobre a configuração do mesmo. E na última parte, finalizamos com a apresentação e discussão de alguns dados coletados em um estudo de caso, afim de verificar as possíveis melhorias no que tange aos aspectos sociais.

02. A Desigualdade Social brasileira e o Programa Bolsa Família

O fato do Brasil, desde seu período colonial, se posicionar como uma economia tardia, periférica, fez com que até hoje sua população sofra consequências negativas, acarretando para a sua sociedade grandes perdas econômicas e sociais, numa análise a nível internacional. (PONTES, 2004)

Infelizmente, nas últimas décadas, o Brasil vem confirmando uma tendência perversa de desigualdade na distribuição de renda da sua população, seguida por elevados níveis de

pobreza. Um país desigual, que vem enfrentando uma herança histórica de injustiça social, que acaba excluindo parte significativa de sua população do acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania. (BARROS, 2001)

Mesmo dispondo de um enorme contingente de sua população localizada abaixo da linha de pobreza, isso não implica considerar o Brasil um país pobre, pois, se a origem dessa pobreza não estiver em função da escassez de recursos, deve procurar fazer essa investigação em outra esfera, assim localizando o fator responsável por esta pobreza. O Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. (BARROS, 2001)

Amartya (1993, p. 02) também faz relatos sobre a desigualdade social existente em alguns países: “Um país pode ser muito rico em termos econômicos convencionais (isto é, em termos do valor das mercadorias produzidas per capita) e, mesmo assim, ser muito pobre na qualidade de vida dos seus habitantes.”.

Por ser tão frequente no Brasil, a desigualdade, principalmente na distribuição da renda, a desigualdade acaba por fazer parte da história brasileira, adquirindo fórum de coisa natural. Isso caracteriza o principal determinante da pobreza, que é retrato do alto grau de desigualdade distributiva de renda. (BARROS, 2001)

Um índice que analisa a desigualdade em uma sociedade é o coeficiente de Gini, que varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 0 representa que a riqueza é distribuída de forma igual, ou seja, quando o coeficiente é 0 não existe desigualdade nesta situação, já quando se aproximar de 1 significa que a sociedade é extremamente desigual e sua riqueza é centralizada na mão de poucos. (IPEA, 2017)

A figura 01, mostra o coeficiente de Gini no Brasil do período 1976 ao ano de 2014, observa-se que é elevado esse índice, caracterizando uma população em que a sua riqueza e renda são distribuídas de forma desigual e excludente, mesmo demonstrando uma pequena redução neste índice, ainda é elevada essa desigualdade. Este coeficiente chega ao patamar de 0,636 no ano de 1989, maior coeficiente deste período de tempo avaliado.

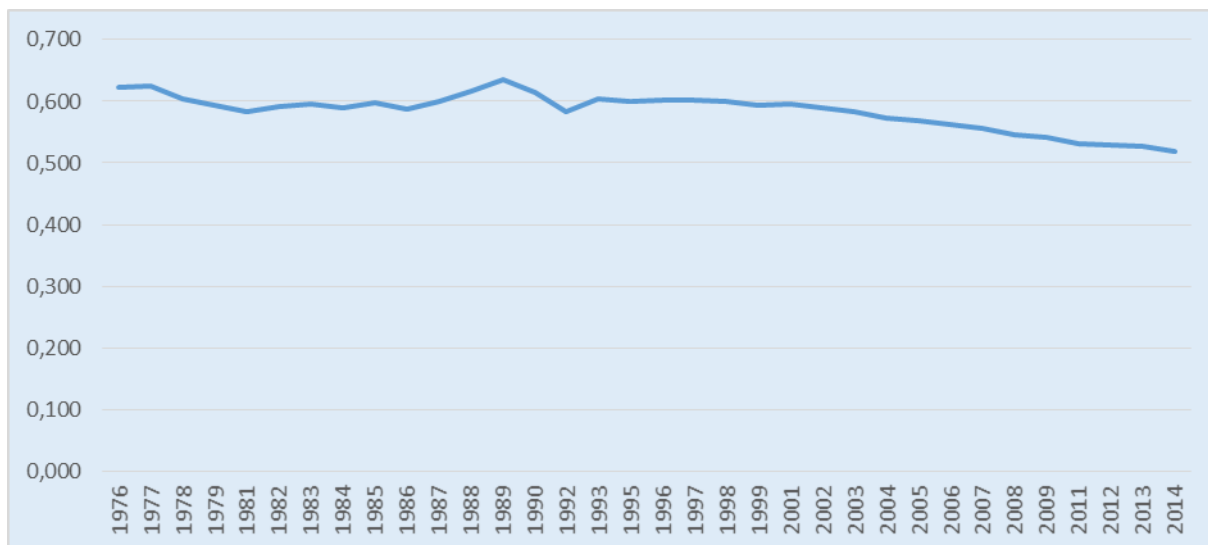


Figura 01 - Coeficiente de Gini no Brasil

Fonte: IPEA (2017). Elaboração Própria.

Segundo os intelectuais, o atraso da economia brasileira no século passado estava em função do clima tropical que prejudicava a produção e das “raças inferiores”, que era aquela parcela da sociedade que passava por dificuldades, principalmente aquela situada na miséria. (AGUIAR, 2006)

Dentre as principais estratégias que necessitariam ser adotadas para impulsionar a redução da pobreza, destaca-se a promoção do crescimento da renda per capita, acompanhado de um processo de distribuição de renda mais igualitário. A combinação de políticas que visem esses objetivos, conseqüentemente, concederia maior eficácia e velocidade ao processo de combate à pobreza. (BARROS, 2001)

Uma forma de amenizar os efeitos da grande desigualdade na sociedade brasileira do ponto de vista político, seria um maior investimento público direto nas áreas sociais, especificamente naquelas em que possibilitasse suavizar o estado de pobreza daquela parcela da população, como a Educação, Saúde, entre outros dos serviços essenciais para a sobrevivência humana, este investimento público compensaria o baixo nível de renda daquela camada da sociedade mais pobre. (LEMOS, 2005)

Não é o suficiente assegurar uma renda aquelas famílias mais pobres, tem que se procurarem superar este ciclo vicioso de miséria em que vive grande parte da sociedade, Silva (2004, p. 15) apresenta algumas alternativas:

[...] Não basta assegurar às famílias pobres uma renda, o que é absolutamente necessário dada a miséria em que vivem milhões de famílias brasileiras. A superação do círculo de ferro da pobreza pressupõe uma interação entre indivíduo e comunidade. Por isso é fundamental embutir contrapartidas emancipatórias nos programas sociais – como alfabetização e frequência escolar – mas é imprescindível também incluir mecanismos de indução de demanda que estimulem os circuitos locais de produção.

Numa sociedade caracterizada por tão profundas desigualdades, a começar pela sua injusta distribuição de renda, que é feita de forma tão heterogênea pelo território nacional, combater a questão da pobreza a nível nacional remete à formulação de programas e políticas sociais que contemplem a diferença entre aquelas voltadas para o alívio da pobreza e para a superação da mesma. (COHN, 2009)

E a ineficiência de alguns serviços públicos fundamentais que vem se tornando ainda mais notório, faz com que aumente mais ainda a situação de pobreza no Brasil, tornando a população, principalmente a mais pobre, desprotegida e vulnerável a algumas doenças, que são frequentes em economias atrasadas como a brasileira (LEMOS, 2005).

As funções desempenhadas pelo Estado sofreram várias modificações com o passar do tempo. No início, o seu objetivo principal estava relacionado a segurança pública e defesa contra ataques inimigos. Com a constituição de 1988 e o aprofundamento da democracia, o Estado passou a se preocupar em promover o bem estar social, contudo, para conseguir promover o bem estar é necessário atuar diretamente em diversas áreas e desenvolver uma série de ações na educação, saúde e meio ambiente (CALDAS, 2008).

Isso corresponde a políticas públicas, como Caldas (2008, p. 5) descreve: “[...] as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.”. As políticas públicas são formuladas de acordo com as demandas da sociedade que geralmente por meio de grupos organizados apresentam aos dirigentes públicos os problemas. As demandas e expectativas da sociedade são selecionadas de acordo com as prioridades, para em seguida, serem criadas as políticas para combater tais problemas sociais.

Até 2003, não podemos omitir a importância que tiveram os programas sociais de transferência de renda na economia brasileira, mesmo havendo uma redução desprezível da pobreza, pelo fato de que a não-existência destes programas resultaria no aumento

significativo desta, na sociedade. Mas devemos destacar que estes programas eram excludentes e injustos, beneficiando alguns e outros não, mesmo tendo características semelhantes. (SOARES, 2009)

2.1 O Programa Bolsa Família

A partir de 2003, com a adoção de uma política de redistribuição de renda no Brasil, observa-se a criação de um programa social que é formulado com a junção de outros quatro já existentes, voltados para a questão social, que visa o combate à pobreza. Inicialmente criticado, o Programa Bolsa Família (PBF) torna-se uma referência em todo o mundo, por caracterizar-se como um forte instrumento de combate à pobreza e redução da desigualdade social existente na economia brasileira. (MENEZES, 2008)

A criação do Programa Bolsa Família é consequência de uma trajetória de políticas sociais seguidas pelo Brasil nos últimos anos, em particular após a Constituição de 1988, onde tivemos a inserção de novos e importantes aspectos, que possibilitaram a formulação e implementação destas políticas sociais de distribuição de renda (SOARES, 2009).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) o Bolsa Família, criado em 2003, é um programa que contribui de forma ativa para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele possui três eixos principais:

Complemento da renda — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza.

Acesso a direitos — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social.

Articulação com outras ações — o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. (MDS, 2016)

Um dos fatores cruciais para o sucesso da implementação do programa Bolsa Família é a forma focalizada pela qual é feita essa transferência de renda. “A principal razão de a

renda transferida pelo Bolsa Família contribuir de modo tão desmesurado para a redução da desigualdade é a focalização.”, sendo entendido por focalização as condições que fazem com que a renda chegue até aqueles mais necessitados. Por este processo de focalização na distribuição de renda ser bem desenvolvido, o Programa Bolsa Família, de forma assídua, está contribuindo para a redução da desigualdade e da pobreza, principalmente no período de 2004 a 2008. (SOARES, 2010, p. 41)

O Programa Bolsa Família que afeta de forma direta a renda das famílias mais pobres, é um dos principais responsáveis por integrar várias famílias ao mercado consumidor, e o fato do Nordeste concentrar o maior número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, faz com que, este programa tenha o seu maior número de beneficiados localizados nesta região. (ARAÚJO, 2014)

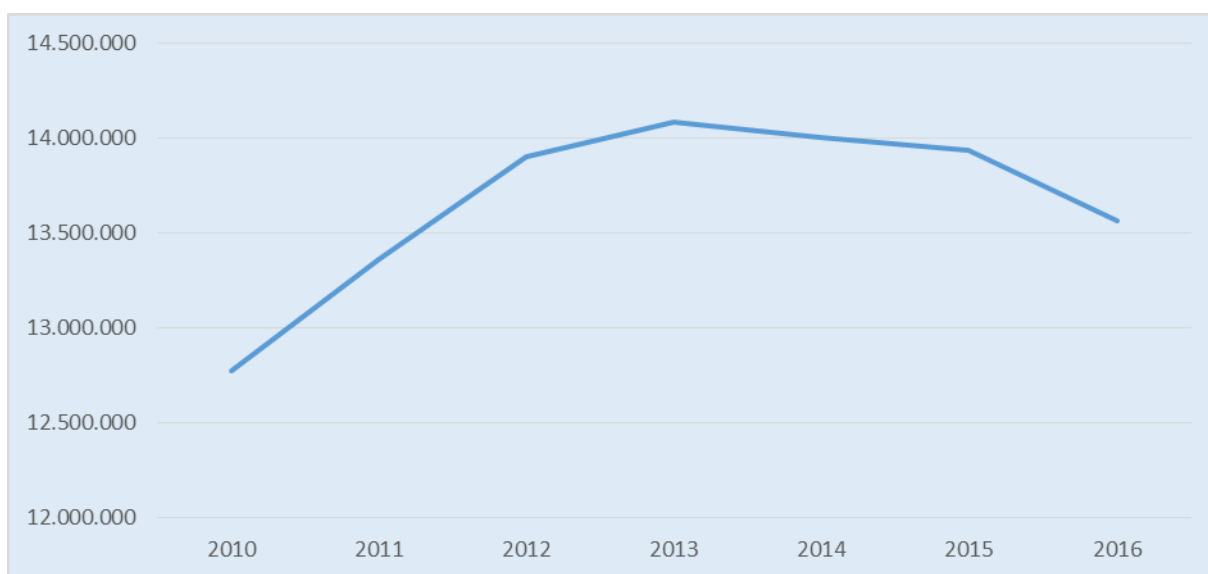


Figura 02 - Evolução do Número de Famílias Beneficiárias Pelo Bolsa Família no Brasil (Dezembro de cada ano)

Fonte: MDS, Matriz de Informações Sociais (2017). Elaboração Própria.

No que pesa destacar a quantidade de famílias beneficiadas e o volume repassado pelo governo federal para os beneficiados, de acordo com o MDS (2017), o Programa Bolsa Família conta com 13.607.949 famílias em todo o território brasileiro, no mês de março do ano de 2017, neste mesmo mês o valor total transferido em benefícios pelo governo alcançou R\$ 2.428.264.849,00, com um valor médio de R\$ 178,44. A figura 02 mostra a evolução do

número de famílias beneficiadas no Brasil pelo Bolsa Família, com a quantidade de famílias beneficiadas no mês de Dezembro de cada ano.

2.2 Estudo de caso no Bairro Manoel Deodato no município de Pau dos Ferros - RN

Com o objetivo de verificar as mudanças ocasionadas na renda das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, realizamos um estudo de caso no Bairro Manoel Deodato na cidade de Pau dos Ferros – RN, para constatar essas mudanças. A escolha da referida comunidade, dar-se, pelo fato de ser a comunidade mais carente da cidade e, conseqüentemente, ter uma boa amostra desses beneficiários.

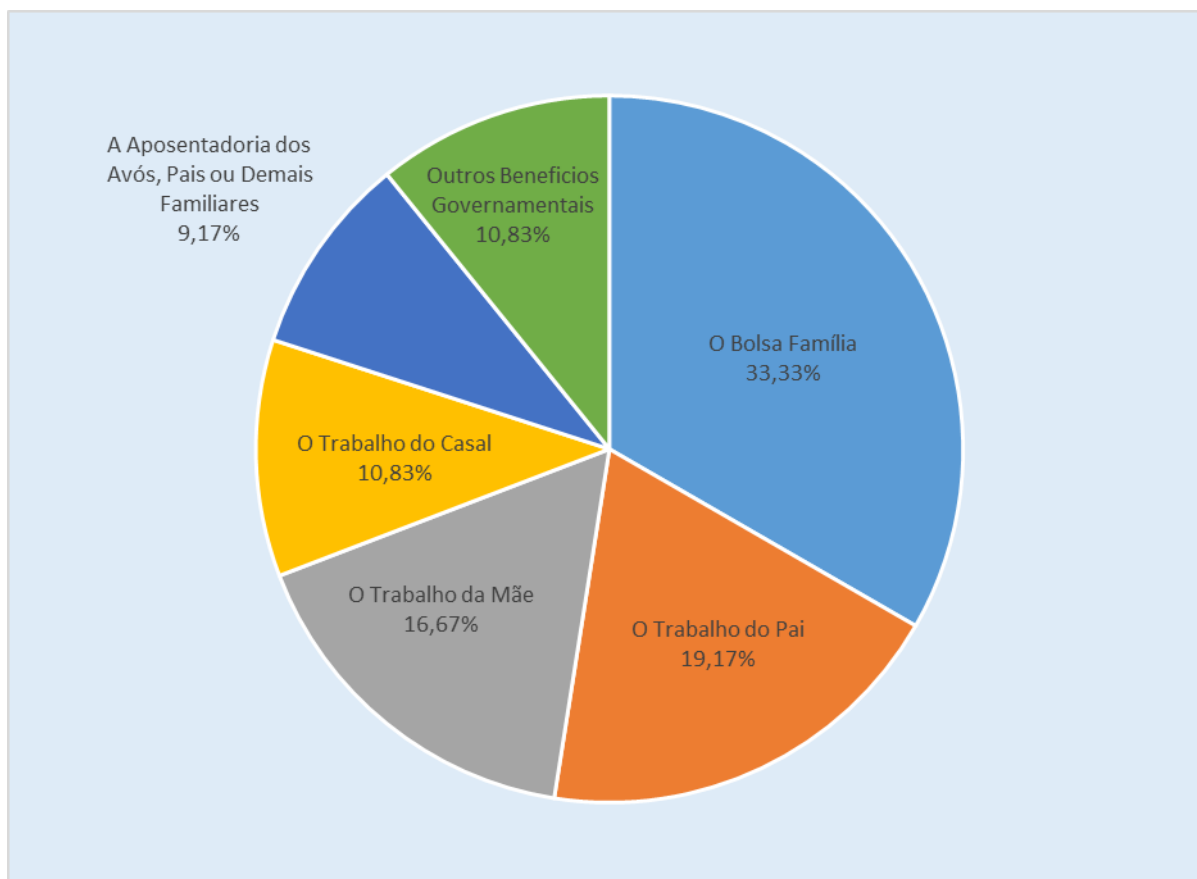


Figura 03 - Principal Gerador de Renda das Famílias

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017. Elaboração Própria.

Quando questionados sobre o principal gerador de renda da família, 33,33% responderam ser os recursos do Bolsa Família, como mostra a figura 03. 19,17% afirmaram

ser o trabalho do pai o principal gerador de renda da família, seguidos pelo trabalho da mãe com 16,67%. O trabalho do casal com 10,83%, além de outros benefícios governamentais com 10,83%. E a aposentadoria dos avós, pais ou demais familiares com 9,17% da amostra.

Mais uma vez confirmamos a importância do Programa Bolsa Família nas famílias carentes da nossa sociedade, muitas das famílias encontram dificuldades em conseguir emprego, principalmente, pelo fato, da baixa qualificação da força de trabalho, que está no vício de ser pobre e sempre permanecer pobre, não conseguindo sair desta condição por diversos fatores, entre eles, o baixo nível de escolaridade e as poucas condições de acesso econômica e social.

Quanto a participação dos recursos do Bolsa Família na formação da renda, a figura 04 mostra que, 20,8% das famílias têm a participação de 75% a 100% do PBF nesta formação da renda familiar, isso implica que os recursos deste programa social acabam sendo o principal responsável para a sobrevivência dessas famílias, possibilitando ao menos a aquisição de alimento para saciar a fome dos membros da residência. De acordo com esses mesmos dados apresentados, 35% da amostra têm o Bolsa Família representando mais da metade da renda familiar.

	Frequência	Porcentagem
Até 10%	4	3,3
Entre 10% e 25%	43	35,8
Entre 25% e 50%	31	25,8
Entre 50% e 75%	17	14,2
Entre 75% e 100%	25	20,8
Total	120	100,0

Figura 04 - Participação do Bolsa-Família na Formação da Renda Familiar

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017. Elaboração Própria.

Não foi difícil encontrar situações em que a única renda da família fosse o Bolsa Família, 18,3% das famílias entrevistadas afirmaram isso. Em algumas situações, encontramos famílias que mesmo recebendo apenas o Bolsa Família, ou seja, tendo apenas o Bolsa Família como renda, ainda tem que pagar o aluguel da casa em que mora, além de comprar alimentos para se manterem.

	Frequência	Porcentagem
De R\$ 35,00 até R\$ 77,00	2	1,7
De R\$ 77,01 a R\$ 154,00	34	28,3
De R\$ 154,01 a R\$ 300,00	80	66,7
Acima de R\$ 300,00	4	3,3
Total	120	100,0

Figura 05 - Valor do Último Benefício Recebido

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017. Elaboração Própria.

Enquanto ao valor do último benefício recebido, a maioria das famílias receberam entre R\$154,01 e R\$300,00, representando 66,7% da amostra, já 28,3% receberam entre R\$77,01 e R\$154,00, além de 1,7% terem afirmado receber entre R\$35,00 e R\$77,00 e outros 3,3% terem recebido mais de R\$300,00, apresentado na figura 05.

Mesmo com este benefício, a renda dessas famílias ainda é pequena comparada com as necessidades essenciais para se ter uma vida digna e com, ao menos, parte daqueles direitos essenciais para as famílias; sabendo que o número de residentes na maioria das famílias é grande se comparado com a renda mensal, e a um número considerável de crianças, onde necessita-se uma atenção especial.

	Frequência	Porcentagem
De R\$ 50,00 até R\$ 440,00	52	43,3
De R\$ 441,00 até R\$ 880,00	38	31,7
De R\$ 881,00 até R\$ 1.760,00	28	23,3
De R\$ 1.761,00 até R\$ 2.640,00	2	1,7
Total	120	100,0

Figura 06 - Renda Média Mensal das Famílias

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017. Elaboração Própria.

Conforme mostra os dados da figura 06, a renda mensal das famílias entrevistadas mesmo com a ajuda do Bolsa Família, ainda é precária as condições financeiras dessas famílias, 43,3% da amostra têm uma renda que varia entre R\$50,00 e R\$440,00, valor que é

pequeno para manter todos os gastos da família, outros 31,7% afirmaram ter uma renda mensal entre R\$441,00 e R\$880,00 e apenas 25% das famílias entrevistadas têm uma renda igual ou superior a um salário mínimo. Vale destacar que apenas 1,7% das famílias tem uma renda consideravelmente boa, entre R\$1.761,00 e R\$2.640,00.

Pôde-se constatar também que os membros das famílias com condições de conseguirem trabalhos estão sempre à procura de emprego, mas o número de desempregados acaba sendo muito maior que a oferta de trabalho, além dos diversos fatores já mencionados anteriormente que geram um ciclo vicioso de pobreza, esses membros das famílias acabam sofrendo por não terem qualificação suficiente para concorrerem as vagas de empregos ofertadas.

Com todos esses fatores desfavoráveis, a maioria das famílias não conseguem possuir um fundo de reserva para casos de emergência, onde 88,3% afirmaram não conseguir ter reserva alguma, já 11,7% informaram possuir pequenas reservas para casos de emergência. A maioria comentou sobre a necessidade de ter essa reserva para solucionar, principalmente, problemas de saúde das crianças em casos de urgência onde não dá para esperar pelo poder público.

Outra importante informação encontrada, sobre o controle das finanças da família, é que, a maioria das compras das famílias são feitas à vista, onde 70,8% das famílias afirmaram fazer desta forma. Um fato importante, pois assim, reduz a possibilidade de dívidas e consequentemente de inadimplência dessas famílias que já se encontram em situações financeira difíceis.

Quando questionados sobre para onde é destinada a maior parte dos recursos do Bolsa Família, os entrevistados informaram que é na aquisição de bens alimentícios, para garantir a segurança alimentar dos membros da família. Confirmaram também que a família pôde melhorar sua alimentação após o ingresso no bolsa família, melhoria essa que pode ser identificada como a diversificação da alimentação ou o aumento daquilo que já consumiam, sendo agora uma boa parte com uma melhor qualidade.

Uma das características relevantes que encontramos, sobre a forma como é gasto os recursos do Bolsa Família, é que as famílias não destinam parte deste recurso para a aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, pois priorizam a questão alimentar.

03 Considerações finais

Sempre foi questionado se o Brasil por ter um grande número de pessoas localizados a baixo da linha da pobreza era um país pobre, mas no decorrer do trabalho e de acordo com este, podemos confirmar que o fato de ter em sua população um grande número de pessoas pobres não implica dizer que o país também é pobre, o caso desta elevada taxa de pobreza encontrada na sociedade está relacionado a forma pela qual é feita a distribuição da sua riqueza, desigual e excludente. Portanto o diagnóstico encontrado foi que o Brasil é um país extremamente injusto e desigual na sua distribuição de renda e não um país pobre como muitos acreditavam ser.

Umas das estratégias para reduzir a pobreza é aumentar a renda per capita, com um maior investimento público em áreas sociais, proporcionando a classe excluída a garantia de seus direitos essenciais, principalmente por meio de políticas públicas eficientes. Um dos instrumentos fundamentais é uma educação de qualidade, que quebraria os elos de atraso da sociedade e possibilitaria quebrar este ciclo vicioso de pobreza e miséria que parte da sociedade convive e não consegue superar.

Nos últimos anos, conseguimos visualizar uma redução no índice de pobreza e extrema pobreza na sociedade brasileira, além de uma redução, mesmo que ainda pequena, na desigualdade social. O Bolsa Família tem um papel importante nestas melhorias na condição de vida da população, mesmo não sendo creditado só a ele o mérito, sabe-se que o mesmo teve um papel crucial nestas mudanças e continua sendo importante para aqueles que o recebem, principalmente como garantia de uma segurança alimentar mais efetiva.

Isso pode ser confirmado na comunidade Manoel Deodato no município de Pau dos Ferros – RN, mediante um estudo de caso sobre a importância do Bolsa Família nesta localidade. Viu-se o quanto este programa é importante na formação da renda, em alguns casos, tendo-o como única renda da família, óbvio também, que não podemos saltar do particular para o geral, e generalizar que o que ocorre com uma comunidade, como foi constatado no estudo de caso, venha a ocorrer com o universo das comunidades que recebem o Bolsa Família, pode até ser possível, mas não se tem absoluta certeza

Portanto, com este quadro de redução da desigualdade social, mesmo que ainda não o suficiente, acompanhado de uma diminuição significativa da extrema pobreza e da pobreza na sociedade brasileira, além de sua importância na economia como um instrumento que aquece o mercado e reflete diretamente sobre as principais variáveis econômicas como renda,

emprego e consumo, acaba se tornando evidente a importância do Bolsa Família. Contudo, não devemos atribuir apenas ao programa toda essa queda nos níveis de pobreza e extrema pobreza da sociedade brasileira, pois outros fatores também contribuem para esta conquista, onde podemos destacar o aumento do emprego em alguns períodos, o aumento dos salários e a cobertura previdenciária.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Ronaldo Conde. Manoel Bomfim e as Causas da Pobreza. **Exclusão Social no Brasil: Textos comentados**. Organizado por Roberto Bartholo. Rio de Janeiro. E-papers. p. 9-70. 2006.

AMARTYA, S. E. N. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 28-29, p. 313-334, 1993.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. Caderno 19. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida de; MARTINS, Helena Maria; SILVA, Lastres Marcelo Machado da. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, p. 539-560, 2014.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**. 2001.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas: conceitos e práticas** / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; Belo Horizonte; Sebrae/MG, 2008.

COHN, Amélia. Políticas Sociais e Pobreza no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, 2009.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2017. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da Exclusão Social no Brasil: Radiografia de um País Assimetricamente Pobre**. Fortaleza. Banco do Nordeste. 2005.

MENEZES, Francisco. Faces e Demandas da Pobreza no Brasil. **Democracia Viva**, nº 39. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, 2016, Bolsa Família. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, 2017, Relatórios de Informações Sociais. Brasil Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral%20Brasil>

PONTES, Reinaldo Nobre. A Evolução do Combate à Pobreza no Brasil e o Papel do Fome Zero. **Fome Zero: Textos Fundamentais**. Frei Betto (Org.). Rio de Janeiro. Garamond. p. 35-46. 2004.

SCHMIDT, Albano Francisco. **O Programa Bolsa Família: Uma Análise Econômica dos (Des)incentivos ao Trabalho** – Curitiba: Editora Íthala, 2017.

SILVA, José Graziano. Segurança Alimentar: Uma Construção Comunitária. **Fome Zero: Textos Fundamentais**. Frei Betto (Org.). Rio de Janeiro. Garamond. p. 13-20. 2004.

SOARES, Sergei et al. Os Impactos do Benefício do Programa Bolsa Família Sobre a Desigualdade e Pobreza. **Bolsa família**, v. 2010, p. 27-529, 2003. In: CASTRO, Jorge Abrahão de Organizador; MODESTO, Lúcia Organizador. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. 2010.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras**. 2009.